

SUB-PROGRAMA 4

CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO

O Sub-Programa 4 consiste no conjunto de ações relativas aos temas capacitação técnica e educação ambiental, configurados com a segunda grande prioridade estabelecida pelo Comitê Pardo, no âmbito do Programa de Ações da Sub-Bacia do Rio Pardinho. Pela sua própria natureza, esse sub-programa apresenta duas ênfases: educação ambiental e capacitação técnica.

Também pela natureza dessas ações, o Sub-Programa 4 apresenta forte vinculação com praticamente todos os demais sub-programas e respectivas ações, tendo em vista que a conscientização e o conhecimento técnico adequado são condições essenciais à implementação do Programa de Ações da Sub-Bacia do Rio Pardinho.

Na seqüência são descritas as ações, organizadas através das duas ênfases mencionadas.

Ênfase: Educação Ambiental

A ênfase educação ambiental, considerada prioritária frente à ênfase capacitação técnica, é composta por duas ações, comentadas e descritas a seguir.

Ação 9- Educação Ambiental no Âmbito Formal

A Ação 9 – Educação Ambiental no Âmbito Formal tem por objetivo a criação e a manutenção de condições mínimas e adequadas à continuidade das atividades da Rede de Educação Ambiental do Pardo – REDENÇÃO, que vem se consistindo em um esforço articulado no sentido de organizar e orientar a educação ambiental na Bacia do Rio Pardo. Conforme a hierarquização das ações definidas pelo Comitê Pardo, esta ação possui grau de 2ª ordem frente à ampla problemática da Bacia. Cabe destacar que a REDENÇÃO está vinculada diretamente ao Comitê Pardo.

1. Caracterização

A Educação Ambiental formal, isto é, a que se dá junto ao público do ensino formal fundamental e médio, conta atualmente com uma rede desenvolvida e institucionalizada de ações. Não seria oportuno ao Plano desenvolver ações paralelas e desconectadas dessa rede, seja pelos custos para o Plano de Bacia, seja por competir ou pelo menos não contribuir de forma articulada com a rede já existente.

O desenvolvimento desta ação está baseado no apoio à Rede de Educação Ambiental do Pardo – REDENÇÃO, a qual foi identificada como objetivo

principal da presente ação.

Nesse sentido, a ação ora proposta tem por objetivo apoiar a operacionalização da citada Rede, através da remoção dos atuais obstáculos que vem comprometendo seu desempenho mais amplo e efetivo.

A REDENÇÃO opera através de vínculos formais, com a rede de ensino pública (municipal e estadual) e privada na Bacia do Rio Pardo. Através de reuniões periódicas, aproximadamente a cada 45 dias, envolvendo um grupo potencial de mais de 80 professores, ocorrem os momentos de orientação, , integração, contato, troca de experiências, programação e organização das ações que serão implementadas no âmbito da educação ambiental.

Tendo por base a alfabetização ecológica e trabalhando com ênfase sobre os fluxos de energia no ambiente e as relações entre os seres vivos, a REDENÇÃO procura consolidar o esforço de educar plenamente os alunos frente à questão ambiental mais ampla.

Embora com caráter fortemente voluntário, a REDENÇÃO vem conseguindo desenvolver ações junto à rede de ensino, integrando questões conceituais básicas sobre a temática ambiental ao escopo curricular oficial, inclusive com ações de ordem prática.

Importante comentar que a REDENÇÃO está estruturada de forma associada ao Comitê Pardo, encontrando nesse uma base de apoio operacional fundamental ao seu funcionamento.

Nesse sentido, a Ação 9 tem por objetivo apoiar a operacionalização da REDENÇÃO, com vistas a aumentar a conscientização social e a prática frente ao ambiente e aos recursos hídricos em especial.

Para tanto, a presente ação almejará os seguintes objetivos, com vistas a possibilitar a plena operacionalização da REDENÇÃO:

- ✓ Disponibilizar uma estrutura operacional estável composta por uma secretaria executiva em regime de funcionamento de 40 horas semanais.
- ✓ Subsidiar o transporte, aos cerca de 80 professores que participam da REDENÇÃO, às reuniões que ocorrem a cada 45 dias (em média).
- ✓ Possibilitar a edição e distribuição de material de divulgação simplificado (pasta-arquivo e material impresso em papel).
- ✓ Disponibilizar estrutura de informática mínima à operacionalização plena e normal da REDENÇÃO, composta por microcomputador conectado à Internet, impressora e material de expediente (principalmente cartuchos de tinta para a impressora).
- ✓ Disponibilizar recursos financeiros para a confecção ou aquisição de jogos pedagógicos (materiais de trabalho) e à realização de oficinas e feiras no âmbito da educação formal.

- ✓ Possibilitar a edição do Glossário Ambiental da Bacia do Pardo (revisão e impressão de 10.000 exemplares), cujo texto básico encontra-se concluído.
- ✓ Disponibilizar às escolas, de forma itinerante no município, o Mapa Hidrográfico-Ambiental da Bacia do Pardo, elaborado pelo NRH/UNISC, como elemento pedagógico de apoio.
- ✓ Disponibilizar um conjunto de bibliografia e materiais pedagógicos (kit) sobre a temática ambiental, com ênfase na questão dos recursos hídricos, de forma itinerante.
- ✓ Possibilitar o acesso e o trabalho dos alunos, orientados pelos professores, com atividade prática junto à RPPN Rio Pardo, tendo por orientação ações de caráter ambiental amplo e com destaque para a questão e a importância dos recursos hídricos.
- ✓ Aumentar a visibilidade social da atuação da REDENÇÃO, através da mídia (jornais e rádio), estimulando a criação de programas especiais sobre a temática ambiental, associado aos esforços da Ação 24 – Comunicação do Programa de Ações.

A implementação desses esforços ensejará uma maior garantia operacional à REDENÇÃO. Importante ressaltar que a presente Ação tem caráter permanente, ou seja, as condições almejadas devem ser de caráter continuado.

2. Abrangência/Ocorrência Espacial

A Ação 9 e seus efeitos abrangerão todos os municípios da Bacia do Rio Pardo, em especial da Sub-Bacia do Rio Pardo, através da rede de ensino pública e privada presente nesta área de abrangência.

3. Atores Intervenientes e Atribuições

Para a implementação dessa ação foi identificado um ator interveniente prioritário: a Rede de Educação Ambiental do Pardo - REDENÇÃO, que congrega escolas públicas e privadas, através da Secretaria Estadual de Educação e das Secretarias Municipais de Educação.

À REDENÇÃO caberá a atribuição principal de implementar as suas ações programáticas, recebendo apoio operacional e financeiro.

Os recursos financeiros necessários à materialização desse apoio poderão ser originados das seguintes fontes: DRH/SEMA, CNPq, CT-HIDRO e empresas patrocinadoras (interessadas em promover a educação ambiental na região). Caberá ao Comitê Pardo, acompanhado da REDENÇÃO, proceder essa busca de forma contínua.

4. Cronograma de Implantação/Implementação

Face à natureza continuada desta ação, o cronograma de implementação é também contínuo e constante ao longo do tempo, devendo acompanhar o

período de implementação do próprio Programa de Ações da Sub-Bacia do Rio Pardinho, de 12 anos.

5. Orçamento

Os custos para a implementação da Ação 9 – Educação Ambiental no Âmbito Formal, face à sua natureza continuada, foram orçados em termos anuais, repetindo-se ao longo do período de implementação.

Os seguintes objetivos e valores foram considerados (em termos anuais):

- ✓ Disponibilização de estrutura operacional estável em regime de funcionamento de 40 horas semanais: R\$ 20.000,00.
- ✓ Subsídio ao transporte de cerca de 80 professores às reuniões (a cada 45 dias, em média): R\$ 12.800,00.
- ✓ Edição e distribuição de material de divulgação simplificado: R\$ 6.000,00.
- ✓ Disponibilização de microcomputador conectado à Internet, impressora e material de expediente: R\$ 4.500,00.
- ✓ Jogos pedagógicos (materiais de trabalho) e realização de oficinas e feiras no âmbito da educação formal: R\$ 3.000,00.
- ✓ Edição do Glossário Ambiental da Bacia do Pardo (revisão e impressão de 10.000 exemplares): R\$ 30.000,00.
- ✓ Mapa Hidrográfico-Ambiental da Bacia do Pardo (15 banners): R\$ 3.000,00.
- ✓ Conjunto de bibliografia e materiais pedagógicos (kit) sobre a temática ambiental: R\$ 2.000,00.
- ✓ Subsídio ao acesso dos alunos, orientados pelos professores, à RPPN Rio Pardinho: R\$ 2.500,00.

Valor total orçado para a implementação da Ação 9, em termos anuais é de: R\$ 83.800,00.

6. Resultados Esperados

Com a implementação da Ação 9 espera-se atingir uma inserção social mais efetiva da temática ambiental (e da problemática dos recursos hídricos) no âmbito da rede de Educação Ambiental formal da região, através do apoio operacional à REDENÇÃO.

Sabe-se, por diversos exemplos práticos atuais, da importância da educação ambiental na conscientização social frente aos problemas a serem enfrentados com relação à proteção do meio ambiente. Praticamente todas as demais ações e sub-programas que integram o Programa de Ações da Sub-Bacia do Rio Pardinho demandam um suporte comportamental mais efetivo, capaz de ser alcançado através de esforços educacionais, mormente no âmbito formal (mas também subsidiado por atividades no âmbito não formal e informal).

Assim, espera-se com a implementação da Ação 9 possibilitar o exercício pleno da educação ambiental formal na Sub-Bacia do Rio Pardinho, viabilizando mudanças comportamentais (frente aos recursos hídricos) necessárias ao atingimento das metas e objetivos globais do Programa de Ações.

7. Formas de Monitoramento/Acompanhamento

A efetividade na implementação da presente ação se dará através da quantificação do número de alunos atingidos, número de professores participantes, número de escolas integrantes desse esforço e número de atividades desenvolvidas (especialmente as de caráter prático e vinculadas aos recursos hídricos).

Tais indicadores de monitoramento são indiretos quanto à efetividade real da ação e servem apenas para amostrar o esforço efetuado, visto que a mensuração dos benefícios e resultados, neste caso, é de difícil tangibilidade e quantificação.

8. Obstáculos e Dificuldades

O principal obstáculo à implementação da Ação 9 consiste na obtenção de recursos financeiros adequados à operacionalização das atividades da REDENÇÃO. No que se refere à sensibilização dos atores participantes (rede de escolas e professores) já há um nível apropriado aos objetivos propostos.

Ação 10- Educação Ambiental no Âmbito Informal e Não Formal

A ação 10 - Educação Ambiental Informal e Não-Formal tem por objetivo apoiar o desenvolvimento do Plano Pardo no âmbito da educação ambiental junto aos públicos não atingidos diretamente pelos programas formais de educação ambiental, fortalecendo o potencial de modificação de comportamentos e melhorando o relacionamento de públicos institucionais, de produtores e da população em geral com as ações em desenvolvimento a partir do Plano, e seu detalhamento é apresentado a seguir.

Conforme a hierarquização das ações, definida pelo Comitê, esta ação possui grau de hierarquia de segunda ordem, dentre os oito temas considerados prioritários na Bacia.

1. Caracterização

1.1 Contextualização

A implementação de ações de gestão de maneira geral e, particularmente, as relacionadas a aspectos ambientais, freqüentemente se confronta com atitudes e comportamentos organizados a partir de uma estrutura de significação não voltada para a conservação, moldada pelo comportamento histórico orientado culturalmente para a exploração e utilização dos recursos oferecidos pelo

ambiente.

Os atores produtivos, particularmente os atores produtivos do meio rural, tendem a desenvolver uma percepção do ambiente que os cerca como um desafio a ser superado, uma realidade a ser trabalhada e moldada pela atividade produtiva, o que acaba impactando sobre a oferta e disponibilidade de recursos ambientais.

Contudo, o efeito degradante sobre o meio ambiente não é, necessariamente, voluntário ou mesmo consciente. Com certeza, o maior volume de resultados negativos sobre o ambiente natural são não premeditados, ou seja, não são a intenção imediata dos atores, mas o resultado não planejado ou inconsciente de seu comportamento produtivo.

Muito se tem avançado na atualidade na implementação de programas de educação ambiental, os quais lograram um considerável grau de formalização em currículos escolares e na formação de profissionais nas mais diversas áreas. Entretanto, em função de algumas dificuldades de ordem simbólica e prática, a educação ambiental não formal e informal (para todos os efeitos, apesar das diferenças conceituais, estes dois termos tem aqui basicamente o mesmo significado) pouco tem avançado, sendo atualmente ainda uma *quimera* e uma importante lacuna no desenvolvimento de ações conseqüentes e eficazes de gestão de recursos naturais.

Tais dificuldades estão relacionadas a aspectos conceituais, institucionais e financeiros. No âmbito dos aspectos conceituais ainda prepondera uma visão por parte das instituições que atuam na educação ambiental de que é necessário principalmente levar conhecimento às comunidades e não trocar conhecimentos com elas. Este é o grande desafio da educação ambiental no século XXI, ou seja, agregar conhecimentos ambientais sobre a base de conhecimento dos atores sociais, única condição para que, por iniciativa e com colaboração dos atores sociais, novos comportamentos sejam adotados e novas posturas frente aos recursos naturais sejam desenvolvidas. Isso não significa afrouxar ou mesmo não deixar de intensificar ações de fiscalização. Ao contrário, parte deste processo de troca de conhecimentos é oriunda da necessidade de ajustar um pacto para a utilização privada de bens que possuem caráter público, o que ocorre não apenas em relação aos recursos naturais, mas em relação a todas as situações deste tipo envolvendo recursos sociais, financeiros, políticos e institucionais.

O desenvolvimento de uma base conceitual mais aberta para o diálogo, portanto, é uma restrição importante para a implementação de ações voltadas para públicos de produtores, uma vez que precisa compatibilizar preservação e utilização não como resultados excludentes reciprocamente, mas como processos simultâneos e passíveis de ocorrerem sobre a mesma base física e geográfica. Tal conceituação implica em uma percepção da natureza com um espaço abrangente que incorpora a ação humana e não a exclui. O paradigma básico que acaba operando na implementação de programas de educação ambiental, apesar da negação disso no discurso justificador destas práticas,

ainda trabalha uma significação de natureza como espaço físico sem presença humana. Sem a presença humana reconhecida, qual é, enfim, a base para a negociação de novos comportamentos para os atores sociais produtivos, que não seja exclusivamente a de retirar-se e preservar o espaço como natural, solução que os inviabiliza como produtores? Há que se pensar em novas simbolizações em termos de espaços híbridos, os quais possuem áreas de completa exclusão da presença humana, como as unidades de conservação ambientais, associadas (e não em oposição) a áreas com diferentes graus de interferência da ação humana, todas elas reconhecidas como espaço natural. Esta nova significação é o desafio conceitual que se coloca para o desenvolvimento da educação ambiental de maneira geral, e da não formal ou informal em particular.

No âmbito institucional, as dificuldades se desenham enquanto hierarquia de atividades meio e atividades fim das instituições, em confronto com o papel “educador” que toda a ação institucional exerce sobre a sociedade. São poucas as instituições que não da área de ensino que possuem programas organizados de formação ou extensão dirigidas a seus públicos-alvo. Entretanto, a própria ação institucional e a busca de sua finalidade principal exerce um papel educador da sociedade, orientando-a sobre como deve se comportar e de que forma deve se relacionar com o ambiente. As dificuldades das instituições que não fazem parte da área de ensino, portanto, de organizarem programas adequados de educação para os seus públicos-alvo representa um significativo obstáculo para que determinados públicos sejam atingidos com iniciativas de educação ambiental, sejam pelos custos inerentes à criação de estruturas institucionais paralelas, no caso voltadas para a educação ambiental dos inúmeros públicos e segmentos sociais, seja pela falta de legitimidade para a intervenção em determinados públicos através de instituições que não são reconhecidas por eles como dispondendo de autoridade social constituída para interferir e emitir opiniões sobre temas de interesse destes públicos.

Por fim, as restrições financeiras, de forma geral, afetam todos os processos educativos, não apenas os de educação ambiental formal, quanto mais os não formais. Esta limitação financeira afeta um dos princípios básicos de todo o processo educativo consistente que é a continuidade. Sem retirar o mérito de ações específicas tomadas pelos mais diversos atores sociais, a educação requer continuidade e esta continuidade, recursos conceituais, institucionais e financeiros adequados.

Em vista desta contextualização, as ações relativas à educação não formal e informal foram orientadas para atingir a sociedade da Bacia através do foco sobre três públicos distintos, a saber, o institucional, o rural e o urbano.

Por público institucional entende-se todas as pessoas jurídicas, formalizadas ou não, tanto da esfera de governo, como especialmente as não governamentais, que possam ter interesse ou inserção direta ou indireta sobre os recursos hídricos na Sub-Bacia do Rio Pardinho. Apesar desta conceituação ampla, entretanto, algumas instituições possuem maior afinidade com os

propósitos da educação ambiental não formal, destacando-se as instituições que desenvolvem continuamente ações que incidem sobre a relação de seus públicos-alvo com os recursos naturais, em especial os recursos hídricos. No elenco destas instituições identificam-se, por exemplo, as associações de produtores rurais, cooperativas e empresas que integram redes de produtores, como fumageiras.

O público rural é entendido aqui essencialmente como o produtor rural independentemente de sua área de atuação ou seu tipo de cultivo, embora seja fácil identificar segmentos de atividade de maior interesse na Sub-Bacia, tais como os produtores de fumo, criadores de animais em confinamento e produtores de grãos, especialmente os que utilizam processos de irrigação.

O público urbano, por sua vez, é identificado como sendo a opinião pública de maneira geral, refletindo o pensamento médio da sociedade da Sub-Bacia, capaz de estimular, coagir ou pressionar suas instituições e instâncias produtivas em uma ou outra direção, respaldando a legitimidade de atores sociais com papel gestor dos recursos hídricos, a exemplo do Comitê Pardo.

1.2 Detalhamento

A própria natureza das ações de educação ambiental não formal ou informal, a coloca na condição de “seguir os atores”, ou seja, na medida em que não está formalizada em instâncias específicas, demanda que sua atuação desde o planejamento seja negociada e pactuada com outros atores com papel mediador e, em algum grau, também com seus públicos-alvo finalísticos.

Neste sentido, é de pouca efetividade um detalhamento de ações que não incorpore a cooperação e a pró-atividade de outros atores institucionais estratégicos, os quais irão auxiliar na importante mediação entre as propostas de ação de educação ambiental e os canais e dispositivos legítimos e adequados para sua implementação. Sente-se aqui o peso das dificuldades institucionais que cercam esta ação, conforme mencionado anteriormente.

Assim, não cabe estabelecer um elenco arbitrário de parceiros e um cronograma de atividades para cada um. Não cabe, também, a busca, através de um contato prévio, destes parceiros. Os estudos realizados para fins de diagnóstico já oferecem uma visão do potencial de parceria dos atores locais, cabendo agora, para o desenvolvimento da ação, a construção de um vínculo consistente e contínuo com os atores sociais que se demonstrarem receptivos e competentes para tal, o que não pode ser previsto de antemão.

Assim, a primeira e fundamental tarefa desta ação é estabelecer o foco de abordagem para seus executores e um rol de procedimentos a serem seguidos para a construção de um processo de educação ambiental efetivo, cabendo ao próprio desenrolar do trabalho, a identificação e decisão específica sobre o que fazer a cada passo do processo.

A programação de atividades estará direcionada a três públicos diferenciados,

considerados estratégicos para o objetivo da ação, em relação aos quais serão propostos objetivos e metas específicas que servirão de foco para a implementação da ação.

Público institucional

Serão identificados atores relevantes e potenciais parcerias entre os:

- ✓ órgãos de governo e instituições públicas, especialmente as relacionadas a áreas de saneamento e infra-estrutura, mas também relacionadas às áreas de saúde, assistência social, entre outras;
- ✓ órgãos de representação da sociedade civil, organizações não governamentais de uma maneira geral, em especial agentes econômicos produtivos (empresas) e órgãos de representação de segmentos de atividade produtiva com forte inserção local, tais como fumo, arroz, pecuária de aves e suínos, entre outros.

Os objetivos a serem alcançados junto ao público institucional estão direcionados para a construção de parcerias, obtenção de apoio, fornecimento de subsídios e apoio institucional ao Plano, bem como o eventual desenvolvimento de atividades comuns voltadas para o público-alvo de cada instituição.

A base para este tipo de relacionamento recai sobre a possibilidade destas instituições operarem como mediadores do acesso da ação de educação ambiental aos seus respectivos públicos-alvo, aproveitando a rotina e o calendário de eventos destas instituições.

Duas formas básicas de atuação com estas instituições são possíveis. A primeira prevê a inserção de subsídios e de materiais da ação de Educação Ambiental do Plano nas atividades das instituições. A segunda, que exige maior grau de desenvolvimento e formalização de parcerias, consiste no desenvolvimento de ações e iniciativas conjuntas, planejadas e desenvolvidas no escopo da parceria construída.

O trabalho de seleção e “captação” de parcerias, previsto nesta ação, contará e deverá estar direcionado para o desenvolvimento de parcerias e articulação de atores previstos no conjunto dos programas e das ações que compõem o Plano. Neste sentido, o desenvolvimento de atividades relacionadas à ação de recomposição da mata ciliar, por exemplo, irá demandar uma efetiva articulação com atores institucionais, sobre as quais a ação de educação ambiental deverá se inserir, subsidiando a ação e fornecendo elementos de maior legitimidade e, conseqüentemente, efetividade e eficácia para essa ação.

No âmbito institucional, portanto, o elenco prioritário de instituições a serem focadas para o desenvolvimento das iniciativas previstas consiste prioritariamente no conjunto de instituições que serão articuladas às ações do Plano.

O foco de abordagem do desenvolvimento das atividades de educação ambiental consiste na aplicação de um conceito integrativo de natureza e sociedade a partir das demandas e necessidades identificadas pelos próprios atores, estabelecendo uma base de conhecimento compartilhado que, pela continuidade das iniciativas, irá se fortalecer ao longo dos anos.

O desenvolvimento desta ação deverá considerar a possibilidade de serem desenvolvidos e implementados programas e iniciativas que já estavam previstos no planejamento das instituições parceiras, sendo que a ação de educação ambiental passaria a ser sua operadora e implementadora, permitindo que se abra uma possibilidade de financiamento adicional para esta ação, além de potencializar o vínculo de parceria estabelecido, aumentando as responsabilidades e o envolvimento de parte a parte.

Na medida em que as iniciativas de Educação Ambiental passarem a se inserir no âmbito público da intervenção do conjunto de ações previstas, estará se aumentando a percepção e o reconhecimento do Plano e do Comitê Pardo. Sendo assim, as iniciativas desenvolvidas no escopo desta ação deverão ter como objetivo, também, a ampliação do apoio e da legitimidade do Comitê e do Plano.

Público de População Rural

A população rural da Sub-Bacia do Rio Pardinho constitui-se em público prioritário, devendo ser focada com interesse redobrado nesta ação, especialmente no âmbito do segmento de produtores que se constitui no maior número de famílias atualmente residentes na área rural. O primeiro passo para atingir este público, o qual está relacionado ao público-alvo anterior, é o estabelecimento de parcerias institucionais que dêem acesso a este público, entre as quais associações e cooperativas de produtores e instituições de extensão e assistência técnica rural.

Com base no planejamento e no desenvolvimento do conjunto de ações previstas, será estabelecida uma espécie de zoneamento e identificação da população rural com maior interesse para o Plano. Isso não significa que serão excluídas áreas ou segmentos produtivos rurais do escopo desta ação. Porém, é necessário identificar e mapear os públicos de maior interesse, por exemplo, para as ações direcionadas para recomposição da mata ciliar, potenciais focos de maior erosão do solo com maior contribuição para o assoreamento de rios e arroios, potenciais focos de fontes poluidoras resultantes de pecuária intensiva ou de manejo intenso de agrotóxicos, etc.

Tal zoneamento tem por objetivo, inicialmente, estabelecer o volume e a localização deste público, o que é fundamental para o planejamento de ações de educação ambiental direcionadas a eles (estimar volumes de recursos financeiros, humanos e institucionais para o desenvolvimento das ações propostas) e, a partir da estimação de um universo prioritário, buscar caracterizá-lo em seu perfil e suas demandas de informação através de pesquisa por amostragem destes públicos.

Os resultados das tarefas anteriores servirão de subsídio básico para a Identificação dos focos de interesse junto a este público e o elenco prioritário de temas para Educação Ambiental. Fica assegurada, assim, a aderência social das propostas e a viabilidade institucional dos objetivos específicos e metas definidas para cada segmento.

O conhecimento detalhado do público-alvo, bem como sua segmentação em termos de tipo de demanda e características básicas representa uma importante ferramenta para o planejamento de ações de Educação Ambiental acopladas às demais ações do Plano. O escopo operativo das demais ações previstas, sobreposto ao mapeamento de públicos prioritários para educação ambiental não formal e informal, irá definir com precisão o tipo, as dimensões, o volume de esforço e de recursos a serem investidos e os potenciais resultados esperados para cada tarefa.

Complementarmente e como apoio às tarefas planejadas e desenvolvidas junto ao público de população rural, serão desenvolvidos materiais impressos e audiovisuais específicos, planejados com base no conhecimento específico destes públicos e direcionados de forma complementar às ações propostas.

A abrangência temática e regional da ação de educação ambiental exige que sejam capacitados agentes de implementação das ações planejadas. Estes agentes, membros ou não do Comitê Pardo, terão como tarefa implementar os conteúdos e as tarefas planejadas, tarefas estas para as quais estes agentes preferencialmente tenham participado na formulação. Novamente, aqui, o estabelecimento de parcerias institucionais é chave para que, em algum grau, estas instituições parceiras possam proporcionar seus técnicos e custear parcialmente o envolvimento destes nas ações a serem desenvolvidas. Por fim, planos específicos planejados e desenvolvidos com outras instituições também fazem parte do escopo de atividades que compõem esta ação.

Público de População Urbana

Da mesma forma que foi proposto relativamente ao público de população rural, além das parcerias institucionais, serão identificados focos de interesse do Plano junto a este público e o elenco prioritário de temas para Educação Ambiental do ponto de vista de sua realidade urbana, geralmente relacionada com o problema do lixo e a demandas de saneamento.

As tarefas e iniciativas propostas para o público rural, em sua estrutura e forma de operação, são propostas também para o público representado pela população urbana dos municípios que compõem a Sub-Bacia do Rio Pardinho.

Embora estes dois públicos, rural e urbano, sejam tratados de forma individualizada por conta de suas necessidades específicas e de diferentes focos de intervenção, a integração de iniciativas entre estes dois públicos, já que o público institucional é constante mediador da relação da ação de educação ambiental com ambos, é não apenas sugerida como incentivada, sabendo-se, entretanto das dificuldades de coadunar temáticas distintas e

diferentes atores institucionais mediadores.

Para a operacionalização adequada desta ação será necessário que seja contratado profissional que irá, ao longo de todo o período do projeto, promover e empreender as diretrizes estabelecidas nesta ação, devendo ter como característica primordial para sua seleção a capacidade de compreender e participar do escopo de intervenção do conjunto das demais ações, participando das instâncias de decisão e elaboração de propostas das demais ações, além de ter perfil profissional especializado em educação ambiental.

Enquanto esta ação de educação ambiental não formal e informal for subsidiária das demais ações, seu papel coordenado e sinérgico tenderá a potencializar os resultados a serem obtidos. Enquanto uma ação paralela às demais, tendo em vista seu elevado grau de não institucionalização própria, estará fadada a alcançar resultados muito aquém de seu efetivo potencial.

2. Abrangência/Ocorrência Espacial

Inicialmente incidente sobre toda a Sub-Bacia do Rio Pardinho, esta ação deverá definir, de acordo com o detalhamento exposto acima, sua abrangência espacial prioritária, conforme o planejamento de ações proposto a partir do zoneamento e identificação de demandas dos públicos-alvo, especialmente o de produtores rurais.

3. Atores Intervenientes e Atribuições

Quatro grandes grupos de atores intervenientes foram identificados. Suas atribuições na implementação desta ação são apresentadas a seguir:

- ✓ Conselhos municipais de meio ambiente, saúde, agricultura. Constituir-se-ão nos mediadores privilegiados frente ao público institucional de interesse para a ação. Terão como atribuição estabelecer uma conexão mais próxima do conjunto das ações previstas com os públicos específicos às quais concerne e, no âmbito da ação de educação ambiental não formal e informal, apoiar e empreender as condições que darão efetividade ao planejamento proposto, além, é claro, de participar ativamente do planejamento inicial da ação e da construção das pré-condições de obtenção de apoio institucional necessário.
- ✓ Órgãos públicos municipais, estaduais ou federais. Cada órgão, dentro de seu escopo de atuação e das condições de que dispõe para acessar seus respectivos públicos de interesse, terá como atribuição mediar a atuação dos executores das tarefas desta ação, além de, na medida do possível, fornecer recursos humanos para a realização de atividades específicas.
- ✓ Órgãos de representação de classe do setor produtivo. Estas instituições são de fundamental importância para esta ação, devendo ter como atribuição geral, após um processo de desenvolvimento e aprimoramento de uma compreensão adequada da ação de educação ambiental, constituir-

se em ator de implementação e apoio das tarefas previstas junto ao seu público-alvo específico.

- ✓ Instituições da sociedade civil com atuação relevante. Este é um segmento de instituições muito diverso, em relação aos quais deverão ser estabelecidas atribuições conforme seu escopo de interesse e grau de envolvimento efetivo no processo.

4. Cronograma de Implantação/Implementação

A Ação 10 deverá acompanhar todo o cronograma de ações do Programa (de 12 anos), mas terá maior intensidade nos primeiros quatro anos, fase em que o Programa de Ações enfrentará as maiores dificuldades e obstáculos, face ao desconhecimento inicial sobre os objetivos em questão. Desta forma, a implementação da ação deverá iniciar imediatamente junto com as primeiras ações previstas, tendo em vista seu caráter subsidiário e de apoio à legitimação destas ações.

5. Orçamento

A implementação desta ação demandará, conforme apresentado anteriormente, os seguintes recursos:

- ✓ Profissional de Educação Ambiental;
- ✓ Materiais impressos e audiovisuais;
- ✓ Promoção de eventos;
- ✓ Realização de ações de campo;
- ✓ Pesquisas de opinião.

Em termos anuais, e ao longo dos primeiros quatro anos de implementação, os custos desta ação decorrerão das seguintes despesas: contratação de profissional responsável pela educação ambiental (R\$ 24.000,00); elaboração e edição de material de divulgação, incluindo material impresso – folders e cartilhas – e audiovisuais (R\$ 15.000,00); promoção de eventos, incluindo a organização e o apoio a esses eventos (R\$ 16.000,00); realização de ações de campo, englobando a preparação e o apoio direto a sua realização (R\$ 18.000,00); e a realização de pesquisas de opinião para aferir e direcionar as estratégias de implementação da ação, abrangendo seis pesquisas anuais (R\$ 24.000,00).

O valor total anual está orçado em R\$ 97.000,00 (conseqüentemente de R\$ 388.000,00 ao longo dos primeiros quatro anos) e deverá ser obtido a partir de parcerias e de aportes de contrapartida de instituições que estarão envolvidas no conjunto de ações previstas no Programa. Ou seja, deverão ser obtidos recursos através de apoios institucionais e do deslocamento de profissionais para o desenvolvimento das tarefas planejadas.

6. Resultados Esperados

Os resultados diretos esperados correspondem à incidência sobre os públicos de maior interesse para o Programa reforçando e promovendo a adoção de novas posturas e comportamentos a partir de um processo sócio-educativo de caráter ambiental. Também de forma direta estará se buscando o reforço das demais ações do Programa que demandam legitimidade e convencimento para que tenham maior efetividade.

Indiretamente, se espera com esta ação aumentar a articulação institucional e a legitimidade social do Comitê Pardo como agente mediador e organizador da gestão dos recursos hídricos, condição “de fundo”, por assim dizer, para o sucesso de implementação do Programa de Ações.

7. Formas de Monitoramento/Acompanhamento

A ação será monitorada através dos resultados das pesquisas de opinião, a serem desenvolvidas no início da ação e ao seu final, aferindo o grau de assimilação efetiva, por parte dos atores, de novos comportamentos e posturas.

8. Obstáculos e Dificuldades

A maior dificuldade desta ação corresponde à necessidade de assegurar sua continuidade ao longo de todo o processo de implementação do Programa, o que incide sobre sua efetividade ao longo do tempo. Por serem ações incidentes sobre aspectos culturais e comportamentais, demandam maior tempo para terem eficácia. Ações pontuais são pouco eficazes nestes casos.

Ênfase: Capacitação Técnica

A ênfase capacitação técnica é composta por apenas uma ação, comentada e descrita a seguir.

Ação 11- Capacitação para Gestores de Recursos Naturais – Gestão de Recursos Hídricos

A ação ‘Capacitação para Gestores de Recursos Naturais’, com ênfase na gestão de recursos hídricos, tem por objetivo maior servir de ferramenta e amálgama para a consolidação de todas as demais ações específicas referentes ao Plano da Bacia do Rio Pardinho. Seu detalhamento está apresentado a seguir. Conforme hierarquização das ações, realizada pelo Comitê, esta ação possui grau de 2ª ordem.

1. Caracterização

1.1 Contextualização

A capacitação representa um importante conjunto de ações que contribuem para o objetivo de melhoria contínua e manutenção da qualidade das águas na Sub-Bacia do Rio Pardinho. Trata-se da oportunidade de repassar e intercambiar informações valiosas, estimular novas iniciativas, adotar novos padrões e potencializar ações positivas já em andamento. Assim mesmo, destaca-se que as iniciativas de capacitação exercem influência em todas as demais ações elencadas para a Sub-Bacia, sendo que, em muitos casos, representam o ponto de partida para as mesmas, sejam estas ações técnicas e/ou políticas.

Considerando-se a crescente descentralização dos processos decisórios no âmbito ambiental/administrativo, ainda mais no que se referem aos recursos naturais e, em específico aos recursos hídricos, torna-se imprescindível capacitar não somente gestores públicos e privados, como também atores-chaves e pivôs de difusão em geral. Essa capacitação deverá ser específica sobre temas relacionados aos recursos hídricos de maneira integrada (superficiais e subterrâneos), levando em conta aspectos de gestão sob ótica multidisciplinar. Além dessa clara ênfase temática, deverão ser trabalhados temas relacionados aos processos de licenciamento ambiental em vigor, bem como as ferramentas para gestão e controle, haja vista a tendência de regionalização institucional destas tarefas no âmbito estadual.

Propõe-se o desenvolvimento de um Plano de Capacitação consistente, o qual defina não somente os atores participantes, como também os eixos temáticos, a metodologia básica de capacitação e, finalmente os elementos de infraestrutura necessários a sua concretização, incluindo-se aqui o próprio calendário programático (ver atividade 1 no cronograma de implementação e orçamento). É necessário que este Plano estabeleça regras mínimas para a participação e sistemática espacial (levar em conta as diferentes magnitudes das cidades, representação e ou peculiaridades locais). Os encontros deverão ocorrer de maneira equitativa em todos os municípios da Sub-Bacia.

Como referência para este plano, são descritos a seguir seus principais elementos.

1.2 Detalhamento

Reconhecem-se basicamente 4 perfis básicos de atores prioritários, alvos da capacitação em recursos naturais com ênfase em recursos hídricos, a saber:

- ✓ Grupo 1: técnicos municipais das secretarias de meio ambiente, planejamento urbano ou secretarias com semelhantes atribuições e representantes do executivo dos vários municípios da Sub-Bacia;

- ✓ Grupo 2: Representantes dos poderes legislativos e judiciários dos vários municípios da Sub-Bacia, bem como representantes e atores chaves relacionados aos veículos de comunicação regionais;
- ✓ Grupo 3: Atores envolvidos em temas relacionados à agricultura e pesca representando associações, cooperativas, sindicatos, técnicos extensionistas da rede pública, extensionistas de ONGs;
- ✓ Grupo 4: Atores envolvidos em temas ligados à indústria e prestação de serviços em geral, como representantes de sindicatos, federações de indústrias, entre outros;

Cada um dos Grupos citados deverá receber uma capacitação anual de dois dias de trabalho/presença durante 3 anos subseqüentes, conformando, portanto 4 eventos/ano e 12 eventos no total (conforme atividade 3 no cronograma de implementação e orçamento).

Para cada um dos Grupos existe um conjunto de eixos temáticos específicos de acordo com o perfil do mesmo e as necessidades de capacitação de cada um destes. As prioridades temáticas distribuem-se, portanto da seguinte forma:

Grupo 1: Ênfase em assuntos mais técnicos relacionados à gestão dos recursos naturais de maneira genérica com atenção aos recursos hídricos e manejo de recursos florestais (principalmente APPs – mata ciliar). Revisão dos principais marcos legais de gestão de recursos naturais e hídricos, assim como discussão e análise crítica dos processos de licenciamento, outorga e cobrança. Discussão de estratégias de trabalho integrado e maior cooperação intermunicipal e relações município-estado. Avaliação das ferramentas de gestão ao alcance dos técnicos municipais e estratégias de melhoramento das mesmas.

Grupo 2: Ênfase nos desafios da gestão de recursos naturais e hídricos em especial abordando os marcos legais de gestão e suas limitações. Avaliação crítica do papel do legislativo na gestão ambiental e posturas do mesmo em relação a plano diretor municipal e políticas de ordenamento territorial em geral. Avaliação do poder e função da comunicação ambiental no âmbito da Bacia e função social dos comunicadores/legisladores e sua relação com as políticas públicas.

Grupo 3: Ênfase nos aspectos técnicos e legais do uso e conservação do solo e da água, bem como noções de ciclo hidrológico em nível de microbacia e vertente. Discussão a respeito dos desafios da agricultura frente às questões ambientais e estratégias de aumento da qualidade ambiental na Bacia como um todo, especialmente no meio rural. Discussão crítica sobre as práticas agrícolas e sistemas de produção e sua relação com erosão, perda de cobertura vegetal nativa e perda de qualidade da água do rio. Avaliação de experiências positivas no âmbito da Bacia.

Grupo 4: Ênfase nos aspectos técnicos e legais do uso da água na indústria, destacando técnicas de reuso da água nos processos produtivos assim como tratamento de efluentes. Discussão de esquemas de apoio mútuo entre poder

público e iniciativa privada do setor industrial na geração de informação e monitoramento da qualidade e quantidade de água superficial e subterrânea. Discussão a respeito das estratégias potenciais de cobrança pelo uso da água e papel do estado e da indústria nos processos de gestão integrada de água.

2. Abrangência/Ocorrência Espacial

Abrangência geral válida para toda a Sub-Bacia, envolvendo todos os seus municípios.

3. Atores Intervenientes e Atribuições

Os atores intervenientes podem ser classificados conforme suas atribuições no processo:

- ✓ Atores diretivos: São aqueles que deflagram o processo de execução da ação, quem terá o mérito da iniciativa. Sobre eles recai a responsabilidade geral e comando da ação. Esta tarefa é do órgão gestor do Estado (DRH) apoiado de perto pela secretaria executiva do Comitê de Bacia. Ambos poderão tomar as rédeas do processo a ponto de organizar todas as etapas da capacitação, assim como poderão delegar esta atribuição a parceiros públicos (prefeituras) e/ou privados (empresa de consultoria). A administração financeira dos recursos para o plano de capacitação será atribuição direta deste grupo.
- ✓ Atores articuladores: São aqueles que farão os contatos e articulações com as entidades no sentido de sensibilizá-las para a participação. Basicamente é uma atribuição da secretaria executiva do Comitê de Bacia. Neste grupo incluem-se aquelas pessoas / ações responsáveis pela divulgação e disseminação da possibilidade de capacitação e seus conteúdos mais gerais.
- ✓ Atores executores e colaboradores técnicos: São aqueles que facilitarão os conteúdos e as metodologias da capacitação. Poderão ser técnicos de atuação regional do meio acadêmico ou mesmo da livre iniciativa (autônomos) desde que ciceroneados por representantes técnicos do órgão gestor estadual, o qual também poderá assumir a responsabilidade de ministrar a capacitação se assim entender.
- ✓ Atores participantes: São todos aqueles a quem será dirigida a capacitação, sendo os próprios integrantes dos grupos 1 a 4 conforme definido anteriormente.

4. Cronograma de Implantação/Implementação

Conforme visto na sua caracterização, a ação em questão pode ser dividida em três (3) atividades básicas com o seguinte cronograma:

Atividade 1) Desenvolvimento de um Plano de Capacitação com início no mês 01/01 e término no mês 04/01, com duração de 4 meses;

Atividade 2) Divulgação do Plano de Capacitação com as possibilidades de capacitação, que deverá iniciar logo após a Atividade 1. Apóia-se na ação do plano de comunicação, a ser desenvolvido para a Sub-Bacia (referência à ficha de comunicação). Significa que neste plano estarão todas as informações necessárias a respeito dos eventos de capacitação referidos. Os distintos eventos serão divulgados à medida que forem ocorrendo, portanto terá duração de pelo menos 3 anos, intervalo de tempo necessário para a realização dos eventos programados;

Atividade 3) Encontros de Capacitação propriamente ditos. Previsto para começar logo ao término da atividade 2, portanto na metade do ano 01 com duração total de três anos.

5. Orçamento

O orçamento total de implementação da ação será de R\$ 87.000,00, sendo o custo de cada atividade exposto abaixo:

Atividade 1) Plano de Capacitação: a ser executado por empresa consultora, universidade, ONG ou fundação. Custo unitário de R\$ 15.000,00.

Atividade 2) Divulgação das possibilidades de Capacitação: a ser divulgado nas páginas de internet do próprio Comitê e DRH, bem como de divulgação ampla por conta da estratégia de comunicação do próprio Plano da Bacia. Sem custos para esta Ação.

Atividade 3) Encontros/Cursos de Capacitação: cronograma, conteúdos, lista de participantes para cada grupo, local e data a ser definido no Plano de Capacitação e divulgado através da estratégia de Comunicação. Cada grupo se reúne 1x/ano durante 3 anos, conformando assim 12 encontros. Os custos relacionados são assim definidos: (i) Custo unitário por encontro: R\$ 6.000,00; (ii) Custo total para 12 encontros: R\$ 72.000,00.

5.1 Financiadores

Ações de capacitação como a que se pretende para a Sub-Bacia do Rio Pardinho podem ser enquadradas na forma de projetos para posterior submissão a fundos de financiamento em recursos hídricos e meio ambiente. Salienta-se que invariavelmente estes fundos sempre apresentam linhas de financiamento para capacitação dentro seu escopo geral. São eles: o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, o Fundo Estadual de Meio Ambiente, o CT Hidro. Para tanto é necessário que o Comitê esteja a par dos respectivos editais e de seus requerimentos de aceitação e aprovação. Como exemplo coloca-se em anexo o edital de capacitação do CT Hidro para referência.

6. Resultados Esperados

A partir do desenvolvimento do plano de capacitação espera-se como resultado empoderar (do ponto de vista de compreensão dos processos naturais e de gestão) um grande e variado número de atores importantes (na e para a) Bacia. Reflexo disto será o apoio às demais ações estruturais ou não estruturais em pleno desenvolvimento na Bacia, como também o reforço e melhoramento das bases institucionais de todo o processo, ou seja, do Comitê de Bacia. A partir dos cursos de capacitação (e das demais ações na Bacia), espera-se contar com uma articulação hídrica para a Bacia, canal de discussão e disseminação de boas práticas. A partir destes atores se prevê a difusão de conhecimento através da sociedade como um todo e o desenvolvimento de redes de cooperação com trocas de informação formal e informal sobre os recursos naturais da Bacia. Em outras palavras, povoar-se-á o imaginário coletivo da sociedade com noções de cooresponsabilidade e comprometimento com os recursos naturais / hídricos que a circundam e, dos quais é parte integrante.

7. Formas de Monitoramento/Acompanhamento

O principal monitoramento deve ser realizado pelo Comitê aprovando o plano de capacitação e suas múltiplas estratégias. Durante o decorrer da programação a intensidade e a qualidade da participação dos atores nessas mesmas estratégias irá determinar o sucesso parcial da implementação do plano. Como indicador de acompanhamento mínimo vale constar o número de atores capacitados e a distribuição espacial de suas áreas de atuação.

8. Obstáculos e Dificuldades

O maior obstáculo será o de desenvolver programa de capacitação suficientemente atrativo flexível e eqüitativo (do ponto de vista de distribuição de representantes/município) que seja capaz de propor capacitação relevante, bem como reagir às eventuais demandas espontâneas que aflorarão na região. À medida que o próprio Plano de Bacia for sendo divulgado e discutido pela sociedade, seguramente demandas novas e específicas de capacitação irão surgir. O plano deve ser ágil de maneira a aproveitar estes momentos e propor estratégia que vá ao encontro dessa demanda por informação.